

A COLONIALIDADE E A CRIMINALIZAÇÃO DO PROFESSOR: UM DEBATE ENTRE A LIBERDADE ACADÊMICA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

André Gesser de Moraes¹, Cristiani Bereta da Silva²

¹ Acadêmico do Curso de História/FAED - bolsista PIBIC/CNPq

² Orientadora, Professora do Departamento de História/FAED – cristianibereta@gmail.com.

Palavras-chave: Colonialidade, Liberdade Acadêmica, Liberdade de Expressão.

A partir de Maria Antonieta Antonacci (2013) que afirma que a modernidade e a colonialidade por serem “dinâmicas de expansão e dispersão de povos e culturas” e que “projetaram imaginários do homem europeu submetendo às malhas administrativas de Estados nacionais, outras histórias memórias” desvirtuando assim “costumes e redes simbólicas” procuro demonstrar como a Cultura Escolar, conforme Dominique Juliá (2005) tem como cordão umbilical uma visão de mundo colonial que resulta na formação de uma hierarquização de saberes. Tal organização pode ocasionar na criminalização do ofício docente, uma vez que a História enquanto Disciplina Escolar possui uma relação simbiótica com o projeto de Estado Nacional Brasileiro formulado a partir da década de 1930. Procuro estabelecer um paralelo entre a década de 30 e o tempo presente através de um estudo de caso encontrado na revista EBSA – Documentário de ensino; volume de numero 73 do ano VII de novembro de 1953, que diz respeito à um processo judicial contra um professor de História Natural, que segundo os autos “se apropriou de sua posição para atentar contra a moral” e correlacionar elementos que eu acredito ser resquícios da colonialidade dentro da cultura escolar. Junto a esse estudo de caso pretendo estabelecer a relação com o movimento Escola Sem Partido pontuando questões referentes à diferença entre a liberdade de Expressão e a Liberdade Acadêmica enquanto ordenamentos jurídicos. Ao estabelecer a diferença entre esses dois ordenamentos jurídicos, uma vez que eles são resultados de um processo e contexto histórico (NOVELINO, 2009) pretendo conduzir o leitor a um debate em torno de como a partir elementos próprios da colonialidade e da modernidade podemos perceber o quanto o ambiente escolar é um espaço de disputa de narrativas e que essas disputas podem se tornar um elemento criminalizador da profissão do professor historiador. Ter compreensão de como a colonialidade e a cultura escolar possuem seu cordão umbilical na Modernidade é fundamental para compreendermos a resistência com que indivíduos que se enquadram no modelo proposto pelo processo civilizatório tem em compreender e até mesmo aceitar programas e conteúdos que venham a questionar esse modelo. O artigo foi orientado pela Professora Dr^a. Cristiani Bereta da Silva, fazendo parte de sua pesquisa intitulada “Os ‘Exames de Admissão ao Ginásio’: livros, narrativas e memórias na construção da disciplina escolar de História (Décadas 1930 - 1970)”, com vínculo ao Laboratório de Ensino de História (LEH - UDESC).